

Fique de olho no FGTS, pois a ELETROSUL não está recolhendo o seu

Não é novidade que a ELETROSUL não vem recolhendo como deveria o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS. Por isso é bom que todos estejam de olho para qualquer irregularidade que possa estar ocorrendo.

Para conferir a situação, é bom que se pegue os comprovantes de recolhimento na Empresa e vá ao banco conferir como estão sendo feitos os reajustes. Os comprovantes de reajustes do banco são peça fundamental para provar qualquer problema, inclusive judicialmente se for o caso.

Fique atento para que mais um direito não seja sonogado.



Aposentadoria: não adianta sonhar

João José Cascaes Dias
Representante Sindical na ELETROSUL

A luta contra a inflação tem assumido ultimamente todos os predicados do mais puro (vide ingênuo) patriotismo, ao mesmo tempo que são usurpados os direitos mais elementares do cidadão. Tem servido, como obra messiânica, para acobertar incompetência, concentração de renda, discriminação e, sobretudo, apropriação indébita da poupança oriunda do trabalho. Tudo isso, acompanhado da reconstrução de um estado policiaisco de cunho populista.

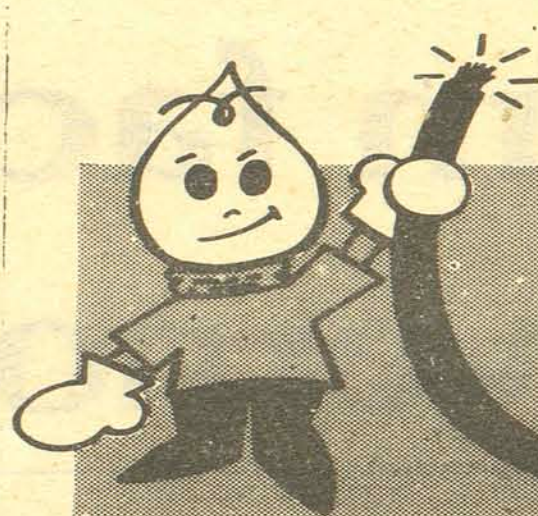
Primeiro foi a confusão geral promovida pelo Plano Collor. Baixada a poeira, alguns ainda hesitavam em admitir a condição de roubados, para mais tarde constatar que preferencialmente a classe trabalhadora foi atingida, com o confisco de contas pessoais, fundos e salários depreciados pela manipulação de índices.

Contudo, há fortes indícios de que a coisa não parou aí. Decidido a não tocar na dívida externa, o Governo optou pelo calote interno. Simulou um verdadeiro sequestro, agindo no mercado financeiro atrás de especuladores, para liberar, mais adiante, os cruzados de todo mundo menos, é claro, os seus reféns preferidos: os cruzados dos trabalhadores. Mas o "sequestro 2" se faz necessário. Afinal, o Plano vazou e, literalmente para que não se perca o "líquido", vamos a outro enxugamento, mais alguns ajustes, maquiagem e um caminhar de certificado de privatização goela abaixo das fundações de previdência. Em bom português, toda uma massa falida transferida compulsoriamente para as nossas mãos.

A tática é a mesma. Inicialmente os culpados são os banqueiros, os sonegadores, os doleiros, etc... As medidas atingem uma série de entidades, mas tudo nos leva a crer que o ônus recairá, óbvia coincidência, nas fundações que garantiriam a princípio o futuro de quem trabalha. Sobrará, então, para nós, justamente os títulos mais indigestos e os prazos mais longos de recuperação do capital.

Repete-se uma fórmula de sucesso: acusa-se a ciranda financeira e prende-se o poupador: provoca-se agora os banqueiros e seguradoras privadas, para comprometer finalmente a ELOS, a CELOS, a PETROS, etc... Completando o quadro, o Governo já manifestou o propósito de passar a administração e o controle destas fundações para grupos privados, objetivamente grandes bancos nacionais ou de capital multinacional.

Enquanto nós, parados, mal entendemos nossas fundações, e ainda não distinguimos concretamente a justiça de seus planos, as elites têm pressa e prometem ironicamente o futuro aos trabalhadores. Confiscam nosso passado, promovem desfalques nas contas populares e garantem o seu presente. Motivo para não faltam.



Linha viva

PRESSÃO DOS EMPREGADOS GARANTE ASSINATURA DE ACORDO NA CELESC

"Se não assinar, a luz vai apagar". Quando cerca de 600 celesquianos começaram a gritar esta frase no início da noite de terça-feira, no saguão da nova sede da Celesc, começava a chegar ao fim o "vai-e-vem" da assinatura do acordo por parte da empresa. A Intersindical já estava acampada na sala do diretor administrativo a mais de 36 horas, quando finalmente foi assinado o documento nos termos que os eletricitários aprovaram nas assembleias.

Ficou garantido que os eletricitários receberão 10% em rubrica separada retroativo a março e mais 20% de antecipação em maio — em troca das ações das

produtividades de 84 e 88. E ainda, o pagamento da inflação de março (84,32%) em 5 parcelas de 20% em maio, 15% em junho, 11% em julho, 10% em agosto e 9,4% em setembro. Também foi assegurada uma política salarial que tem o reajuste das tarifas como referencial (na próxima edição traremos matéria explicativa).

A conquista dos 84,32% fora de data-base é inédita. A vitória só pode ser atribuída a mobilização da categoria que em assembleias massivas mandou um recado para a empresa: chega de arrocho. As polêmicas travadas entre a diretoria da Celesc e o governo do estado deveram ao fato de que a

vitória dos celesquianos se transformou em impecílio para que a política arrochante que está sendo aplicada ao funcionalismo continue vigorando.

Não resta dúvida que foi vitória dos celesquianos. Sem a mobilização e a pressão concreta realizada na hora da assinatura, a manobra do governo teria se concretizado. Mas esta vitória não significa que a luta acabou. Ao contrário, isso foi só um "ensaio geral" para a campanha de outubro. E além disso há que se estar solidário com o movimento dos servidores, para que eles obtenham resultados positivos e derrubem a política de arrocho salarial.

ELETROSUL em Estado de Alerta contra demissões e por reposição

O sol radiante e as discussões acaloradas esquentaram a manhã dos empregados da ELETROSUL no dia 22 de maio. Em frente a sede, em Florianópolis, mais de 2 mil pessoas discutiram a situação das empresas estatais, do setor elétrico e a situação salarial dos eletricitários.

Os informes dados pela Intersindical mostraram que os empregados da Empresa vão ter o salário de maio menor do que o de março, informação que agitou a assembleia que teve início às oito horas. Mas a bomba dos informes foi o comunicado de que o presidente da ELETROSUL, Fernando Bastos, disse a sindicalistas que teria que promover um corte de 25% na folha de pagamento, anunciando demissões para breve.

SUCATA

Nos debates, a tônica foi dada pelos planos de Collor para as estatais e as medidas de arrocho salarial que ele vem tomando. O sucateamento do setor elétrico e de outros segmentos estatais foi destacado, com exemplos vivos de dentro da própria ELETROSUL. As manifestações levaram a conclusões bem simples, mas drásticas: o Plano Collor não consegue mais esconder que é arrochante e recessivo: a entrega das estatais a baixos preços ao setor privado é parte de um projeto político: a ameaça de desemprego é concreta para os eletricitários, assim como o



Assembleia reuniu mais de 2 mil na Sede

A maior conclusão, no entanto, é que a categoria não pode esperar que as coisas aconteçam para depois chorar o leite derramado. Alguma coisa tem que ser feita agora! Com este espírito a assembleia repudiou a contradição do Governo, que ao mesmo tempo que estabelece a livre negociação de salários, foge de sentar na mesa de negociação. No final da assembleia chegou a informação de que havia a possibilidade de uma audiência do Comando Nacional dos Eletricitários com o Ministro Magri no dia 24.

PÉ-DE-GUERRA

O nível de mobilização mostrou que a categoria está mesmo em pé-de-guerra. O movimento do dia 22 chegou a todos os can-

tos da ELETROSUL. Em Tubarão a paralisação, com assembleias e discussões foi pela manhã. Nas usinas de Passo Fundo, Salto Osório e Salto Santiago também ocorreram paralisações por um turno. Nas suas estações houveram condições dentro das instalações. Em Florianópolis, os empregados do Sertão compareceram em massa à assembleia da sede.

A resolução final da assembleia da sede, após uma longa discussão, foi a de declarar estado de alerta até que um novo fato ocorra, permanecendo a assembleia em aberto. O alerta é uma maneira de demonstrar ao Governo a disposição dos eletricitários de não aceitar a privatização das estatais, das condições e arrocho salarial.

Trapalhadas revelam face autoritária do Governo

As trapalhadas do Governo Federal, especialmente da equipe econômica, acabaram virando manchetes de jornais. Nunca se viu tamanha confusão. Zélia manda, Ibrahim escreve, Collor assina, Cabral discorda, os Generais fofocam, Santana demite...

Mas não se trata apenas de uma grande desorganização. No fundo há uma prepotência coletiva, pois todos mandam, todos resolvem, todos decretam. Até o Banco Central chegou ao absurdo jurídico de criar um imposto de 20% sobre as operações financeiras. Os mandos e desmandos acabam esbarrando na Constituição, que tem sido o último livro a ser consultado pelos "legisladores" do Executivo.

"O governo está abusando da prática de atos ilegais", afirmou o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Carlos Victor Muzzi, ao jornal *Folha de São Paulo*. "É lamentável que aqueles que deveriam defender a legalidade não o façam, e ainda critiquem quem o faz", reclamou.

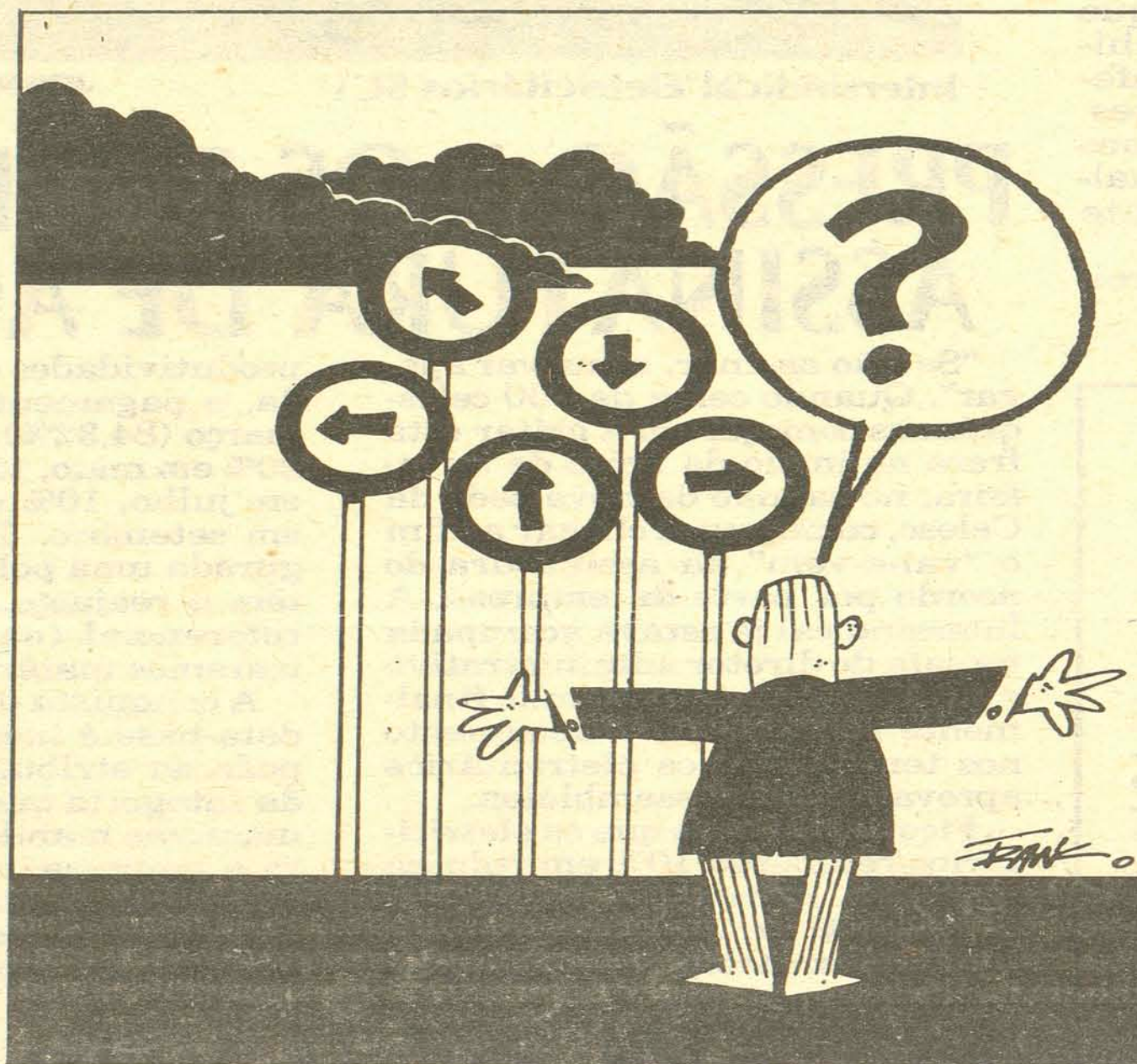
O procurador expressou sua preocupação sobre a inconstitucionalidade da maioria das medidas que estão sendo adotadas, que atentam contra as li-

berdades individuais e o próprio patrimônio público.

Mas ao que parece nada disso preocupa o Governo. A tal Reforma Administrativa ilustra bem isso. A cada dia fica mais evidente que os caminhos escolhidos não são suficientes para combater gastos públicos. Muito pouco se economiza com a venda de imóveis e carros, pouco se deixa de gastar demitindo servidores aleatoriamente. Mas para Collor e João Santana isso não importa.

Se jogar no desemprego 360 mil trabalhadores, sucatear estatais e arrochar salários "dá IBOPE", que sejam feitos. Pouco importa o ônus social da medida. Pouco importa se as estatais, que são o patrimônio público, serão entregues a empresários por um preço vil. A preocupação é impressionar nas câmaras de TV, ainda que isto custe o terror de centenas de milhares de famílias.

As confusões administrativas e a prepotência vão deixando claro o perfil do Governo. Ninguém mais consegue esconder a face autoritária que, diante das câmeras, tenta disfarçar-se de corajosa e austera. Quem iria "caçar marajás" até agora só puniu operários. Os mineiros da CSN que o digam...



Livre Negociação é novo dispositivo de arrocho

O fim da prefixação dos índices de reajuste de salários e o estabelecimento da livre negociação entre patrões e empregados é mais uma armadilha do Governo. Em primeiro lugar porque é no mínimo complicado falar em livre negociação em um país onde não há liberdade e autonomia sindical, onde a estrutura sindical é atrelada ao Estado. Depois, porque quando se vive em um país onde as armas do Estado estão sempre prontas para intervir em movimentos de trabalhadores — e exemplos não faltam — nenhuma negociação é realmente livre.

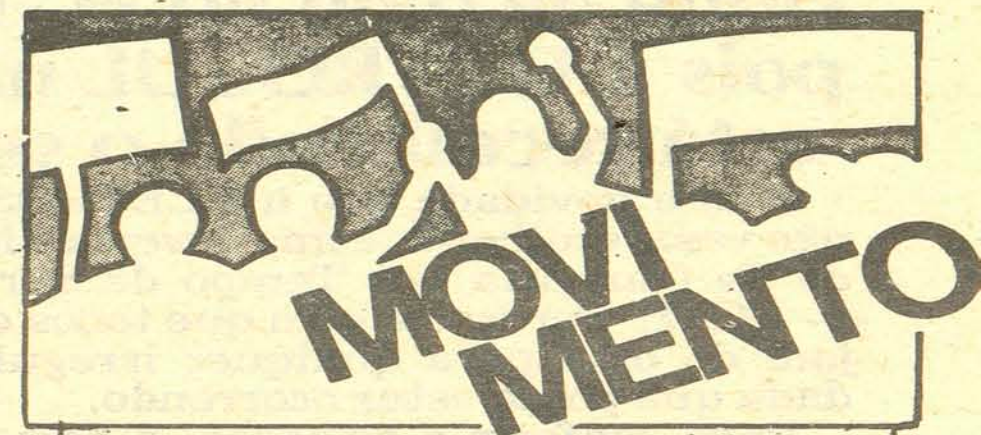
O mais grave é que a grande massa assalariada do país não é sindicalizada, são categorias desorganizadas e vulneráveis a diversos tipos de pressões patronais. Que poder de barganha poderão ter estes trabalhadores, quando não há para os patrões nenhuma

obrigação legal ou parâmetro oficial? Se com regras fixadas pelo Estado muitos direitos não eram cumpridos, o que pode acontecer agora ninguém sabe.

Não se trata de defender o paternalismo do Estado ou coisa parecida. Ocorre que o mínimo de bom senso mostra que neste país na livre negociação, só vai haver liberdade para os patrões.

A maior prova do absurdo é a própria postura do Estado como patrão. Para o serviço público, sem negociar, 360 mil demissões e um grande achatamento salarial para quem escapar do "enxugamento". Nas estatais a ameaça é de privatizações, demissões e arrocho. Isso sem falar de casos como o do setor elétrico, onde os ministros e secretários se negam a abrir qualquer tipo de negociação.

No Brasil, livre negociação pode se confundir com liberdade de não negociar. Para os patrões, é claro.



Servidores

No seu oitavo dia de greve, os servidores públicos ficaram sabendo das intenções do governo do estado de modificar a política salarial da categoria. Segundo a Medida Provisória de Casildo Maldaner, a primeira de Santa Catarina, os salários dos servidores serão reajustados pelo índice prefixado pelo governo federal. Com a prefixação em zero e a transferência da responsabilidade do reajuste para a livre negociação, de agora em diante os salários não sofrerão reajuste. Antes porém, o governo vai pagar 30,88 do incremento do ICMS de abril e a inflação de março (30,88 em maio e 40,83 parcelado até setembro).

Jornalistas

Depois de várias assembleias e uma proposta de reajuste de 6%, os jornalistas decidiram dia 16 entrar em estado de greve. Eles estão reivindicando 175% de aumento num dos 40 itens da pauta de reivindicações. No dia 24, os jornalistas realizam uma assembleia geral na Fecesc, após manifestação no calçadão. Até lá eles prosseguem distribuindo notas de esclarecimento às pessoas entrevistadas, manifestações nas redações e realizando a "hora do cafezinho" — quando todos param de trabalhar e vão tomar cafezinho. O piso da categoria de abril é Cr\$ 12.000,00.

Empregados das Cooperativas reivindicam o IPC integral

Ameaças de demissões e depreciação da imagem do Sindicato de Tubarão não em intimidado os 600 empregados de 18 Cooperativas de Eletrificação Rural e 3 Empresas de Força e Luz, do Sul do Brasil. Pela primeira vez, desde a Fundação dessas empresas, a categoria está negociando um acordo. Na pauta constam, além do pagamento do IPC integral, que varia de 14 a 123%, um aumento real de 30%, garantia no emprego, política de reajustes salariais e piso de Cr\$ 23.000,00. Por se tratar da primeira negociação foi preciso incluir também questões básicas na pauta, como turno de revezamento com quinta turma, material de segurança, cartão ponto, entre outras. As Empresas afirmam que não há receita para cobrir os reajustes.

O Sindicato de Tubarão não está aceitando o argumento dos patrões. Para ele, as Cooperativas e Empresas de Força e Luz podem pagar o IPC integral graças ao reajuste real das tarifas de energia elétrica e também devido a expansão das Empresas.

Transporte deve ser ônus da Empresa

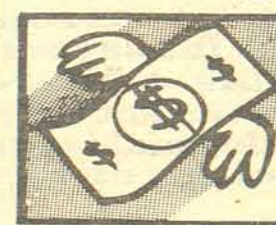
Para quem não sabe, a lei garante, aos empregados de empresas que mudam o endereço de local de trabalho o transporte gratuito. Só que não é bem o que está acontecendo na Celesc após a mudança para nova sede do Itacorubi, em Florianópolis. A empresa não temou nenhuma providência para tirar es-

te ônus das costas dos trabalhadores.

Os interessados em entrar na Justiça com ação individual reivindicando a reposição destes gastos deverão ter o cuidado de, ao comprarem passes de ônibus, guardarem os recibos, que passam a ser comprovante fundamental para os processos.

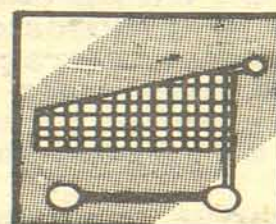
INDICADORES DO DIEESE

De 01/04/90 à 30/04/90



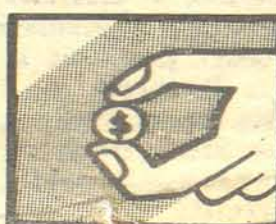
AUMENTO DO CUSTO DE VIDA POR FAIXA SALARIAL

1 a 3 Salários - 21,80%
1 a 5 Salários - 21,58%
1 a 30 Salários - 22,29%



CÉSTA BÁSICA DE FLORIANÓPOLIS

- Cr\$ 2.963,63



SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO

- Cr\$ 26.285,00